

Federação Nacional dos Urbanitários

Vexame para a Cemig: fiscalização aponta trabalho análogo à escravidão

A Cemig é a empresa pública mais rica de Minas Gerais, garantindo ao governo do Estado e acionistas, bilhões de reais em dividendos. É também uma das empresas que mais se destaca no cenário econômico do país, com lucros de dar inveja aos capitalistas. Mas, por trás do grande sucesso financeiro da Cemig, há uma tragédia: a terceirização predatória que impõe aos eletricitários condições precaríssimas de trabalho e recordes de mortes e mutilações por acidente na empresa.

A situação vexatória não termina por aí: a terceirização na Cemig agora avança rumo ao trabalho análogo à escravidão. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) elaborou um relatório de fiscalização com 2.039 páginas, apontando irregularidades cometidas pelas empreiteiras, com a anuência da Cemig Distribuição. O relatório é resultado da fiscalização da SRTE junto com a Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho (MPT) no ambiente de trabalho e nos alojamentos da CET Engenharia, em julho de 2013. A CET recebeu 44 autos de infrações por ter imposto trabalho e moradia para seus trabalhadores em condições semelhantes à escravidão.

No documento, depoimentos de gerentes e supervisores da Cemig confirmam várias irregularidades apontadas pelas fiscalizações feitas nas dependências da Cemig e outras empreiteiras. Os fiscais insistiram que a Cemig D é co-responsável pelas irregularidades porque tem total e irrestrito controle dos serviços contratados. A Companhia também é responsável porque são os gestores da Cemig que estabelecem metas de produtividade que as empreiteiras exigem de seus trabalhadores.

Chocante

Os fiscais da SRTE mostraram, inclusive com fotos, situações chocantes impostas aos eletricitários, confirmando todas as denúncias do Sindieletrô. A Superintendência constatou que os trabalhadores são expostos a doenças e acidentes de trabalho graves e fatais e não recebem vários direitos trabalhistas, inclusive, sendo obrigados a aceitar parte dos salários por fora.

As irregularidades vão além com jornadas de trabalho excessivas, inclusive aos sábados e domingos e não cumprimento do intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas. A empreiteira também impede que os trabalhadores tirem férias e não garante treinamento para atividades em rede elétrica. O relatório diz que a CET deixou de fornecer água potável e em quantidade suficiente para 82 eletricitários que faziam o trabalho de campo, além de privá-los de banheiro químico. Nos alojamentos, cenas degradantes e desumanas, como a falta de limpeza, ambiente insalubre, alimentos armazenados em locais sujos, banheiros imundos e mobiliário inadequado e insuficiente.

Os fiscais afirmaram que a Cemig adota uma fachada para tornar a terceirização ainda mais ilícita. A fachada é contratar por meio de intermediação de mão de obra sem especialização. Por exemplo, a empreiteira é contratada para serviços em rede elétrica, mas a sua especialização é em obras. Essa forma de contratação representa total submissão às vontades dos gestores do contrato, como impor salários baixos aos trabalhadores e metas de produtividade e fazer vista grossa para as irregularidades das empreiteiras.

Ainda segundo o relatório, a intermediação de mão de obra terceirizada pela Cemig “nega as garantias constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e o princípio da não discriminação e isonomia”.

O relatório da fiscalização foi enviado para o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público Federal, para providências. O Sindieletrô encaminhará uma cópia do documento para o MPT em Minas Gerais, e vai reforçar as denúncias e mobilizações pelo fim do trabalho precário na rede da Cemig.

Fonte: Sindieletrô-MG

Agência Brasil, 30/01/14

Desemprego teve queda discreta em 2013

Marli Moreira Edição: José Romildo

A taxa de desemprego ficou, praticamente, estável ao longo do ano passado, ao atingir 10,3% ante 10,4%, em 2012, no conjunto das seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a cargo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O total de desempregados foi estimado em 2,148 milhões de pessoas, o que significa 3 mil a menos em relação ao ano anterior (variação negativa de 0,1%). O nível de ocupação oscilou em 0,4% com a criação, no período, de 78 mil vagas, número acima da quantidade de novos

concorrentes a uma das vagas (75 mil), o que permitiu uma diminuição de 3 mil no volume de desempregados.

A taxa de desemprego teve comportamento diferenciado de acordo com a região. Houve recuo em Fortaleza (de 8,9% para 8%); em Porto Alegre (de 7% para 6,4%) e São Paulo (de 10,9% para 10,4%). Nas três restantes ocorreram avanços: Recife (de 12% para 13%); Salvador (de 17,7% para 18,3%) e Belo Horizonte (de 5,1% para 6,9%). Os setores que mais geraram postos de trabalho foram o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas com a abertura de 88 mil vagas, alta de 2,5%, seguida do setor de construção com 17 mil ofertas, aumento de 1,2%; serviços com 6 mil, o que representou estabilidade e indústria de transformação que cortou 33 mil vagas, uma queda de 1,1%.

O rendimento médio cresceu 1,5% passando para R\$ 1.611,00 e no caso dos assalariados ocorreu reajuste de 1% alcançando R\$ 1.637,00.

Portal da CUT

Portuários em todo o país cruzam os braços nesta quinta (30) durante 24 horas

28/01/2014

Trabalhadores cobram reformulação dos planos de cargos e salários, fim da terceirização na Guarda Portuária e definição sobre o plano de previdência

Escrito por: Luiz Carvalho

Os trabalhadores que atuam nos portos brasileiros irão promover uma greve de advertência durante 24 horas a partir das 7h desta quinta-feira (30). A paralisação envolverá os portuários que atuam em atividades típicas do Estado como segurança, engenharia, entrada e saída de veículos e autorização para o embarque e desembarque.

O movimento dá sequência à paralisação nacional de seis horas que atingiu Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte e Pará.

A pauta de reivindicações trata de três pontos: a criação de barreiras para a terceirização da Guarda Portuária, a reformulação do plano de cargos e salários das empresas e a definição sobre o plano de previdência complementar da categoria, o Portus.

"Essa é uma agenda dos trabalhadores das empresas estatais que está construída desde o final do ano passado, para dar conta de uma série de reivindicações que não foram atendidas pelo governo federal", aponta o secretário-adjunto da Saúde do Trabalhador da CUT e presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra.

O dirigente explica que o plano de cargos e salários está defasado e não atende as necessidades dos trabalhadores que estão no mercado, tampouco é capaz de atrair aqueles que estão fora.

"As empresas atuam de forma precária sob o olhar de uma gestão eficiente, tanto do ponto de vista profissional quanto salarial. Na maior delas os planos são antigos e defasados.

Muitos portuários já atingiram o auge do nível de avanço e quem vem de fora, via concurso público, não enxerga perspectiva de crescer. "Tanto que aproximadamente 40% dos concursados que entraram nos últimos oito anos estão deixando as empresas porque querem crescer na carreira", aponta.

Sobre o Portus, o dirigente destaca que a briga com o governo se arrasta há mais de quatro anos. O fundo de pensão é dividido entre as administradoras portuárias e os trabalhadores, mas as patrocinadoras (Companhias Docas) e a União estão em débito com o plano. A estimativa da FNP é que ultrapasse R\$ 4 bilhões.

"Na época do governo Lula, conseguimos um aporte de R\$ 450 milhões, que ajudou o Portus a respirar nesses últimos anos. Mas esse dinheiro acabou. O plano está sob intervenção há mais de três anos, que já foi renovada seis vezes, e o prazo final é dia 31 de janeiro e queremos uma resposta do governo com relação à dívida de todas as empresas e da União".

A dívida sobre os benefícios afeta 11 mil ativos e pensionistas. Com os dependentes, considerando três pessoas por família, o número chegaria a mais de 30 mil pessoas.

Os portuários cobram ainda que o governo apresente os resultados de um estudo elaborado por um grupo interministerial criado para auditar a dívida do Portus. De acordo com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o levantamento foi concluído e agora depende de decisão da Casa Civil.

"O governo federal criou um grupo de trabalho exclusivamente governamental para analisar as dívidas e necessidades do fundo, mas não tivemos nenhuma posição sobre a avaliação que é fundamental para essas vidas", critica Guterra.

Negociação na Previdência e na Previc – A FNP tem reunião agendada para esta quinta-feira (29) na Previc, que controla os fundos no Brasil. Uma audiência também está marcada para o dia 5 de fevereiro com o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

“Ao final da greve, vamos fazer uma avaliação deste movimento para ver se vamos continuar com uma postura mais radical ou se haverá negociação com o governo”, finalizou Guterra.

Portal da CUT

FUP classifica como autoritarismo programa de demissão voluntária proposto pela Petrobrás

29/01/2014

Entidade ressalta que a redução do quadro próprio agravará ainda mais os inúmeros problemas já denunciados e indica ato nacional pela recomposição do efetivo

Escrito por: FUP

Nesta quinta-feira, 23, o Conselho Deliberativo da FUP reuniu-se no Rio de Janeiro, para debater as questões sobre o PIDV, programa de demissão voluntária, lançado pela Petrobrás na última semana e, inicialmente batizado de Programa de Otimização de Produtividade (POP), que incentiva o afastamento de trabalhadores já aposentados pelo INSS, e os que estiverem aptos a solicitar aposentadoria até o dia 31 de março.

Para a FUP e seus sindicatos, o programa que abrangerá 8.379 petroleiros, dos quais 6.879 já estão aposentados e, que será aberto entre 13 de fevereiro e 31 de março, retrata mais uma decisão unilateral da empresa em lançar programas que afetam efetivamente a vida dos trabalhadores, sem nenhum debate prévio com o movimento sindical.

Apesar da situação dos petroleiros aposentados que continuam na ativa ser constantemente pautado pela Federação nos fóruns de negociação com a empresa – foi, inclusive, objeto da pauta de reivindicações dos trabalhadores durante a negociação do ACT, os gestores sempre se negaram a discutir este tema com as representações sindicais. Agora, em um momento crítico de acidentes recorrentes, em função de efetivos já reduzidos, a Petrobrás lança um programa de incentivo à demissão, autoritário e discriminatório.

Em reunião com a empresa na última sexta-feira, 17, a FUP criticou duramente o autoritarismo dos gestores da Petrobrás destacando que todas as distorções e injustiças do plano se devem a isso, e ressaltou que a redução do quadro próprio de trabalhadores agravará ainda mais os inúmeros problemas já denunciados pelo movimento sindical em função da redução de efetivos. Isso impactará, principalmente, os petroleiros do regime administrativo, que já sofrem acúmulo de funções e de trabalho, após amargarem 15 longos anos sem recomposição de efetivos, durante os governos neoliberais.

Diante desta decisão tão arbitrária, a FUP e seus sindicatos deliberaram o indicativo de realização de um grande ato em Campinas, no dia 13 de fevereiro, mesma data em que a Petrobrás pretende implementar o PIDV, para dar início a nova Campanha Nacional pela Recomposição do Efetivo e exigir que todos os postos de trabalho liberados pelo programa e, pelo Mobiliza, um outro programa que também foi lançado de forma unilateral da Petrobrás, sejam repostos imediatamente pela empresa.

Além das mobilizações que serão intensificadas pelos trabalhadores, a FUP também vai solicitar uma reunião com a Petrobrás, em regime de urgência, para exigir que a empresa discuta com a Federação, a recomposição do efetivo e, a extratificação por função, e órgão de lotação dos possíveis desligamentos com esses programas unilaterais da empresa.

Portal da CTB

Fique de olho nos projetos contra a classe trabalhadora no Congresso

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) divulgou artigo dos especialistas André Santos e Neuriberg Dias denunciando vários projetos em tramitação no Congresso que arrancam direitos da classe trabalhadora. Nessa lista foi identificado, a partir de 2001, “um forte movimento pela precarização das relações trabalhistas por parte de alguns parlamentares, inclusive da base de apoio ao governo. Naquele ano foram apresentados vários projetos com o propósito de extinção ou afrouxamento de direitos previstos na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), além da tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais”, dizem os estudiosos do mundo do trabalho.

Para Joilson Cardoso, vice-presidente da CTB, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) mais nociva à classe trabalhadora e à organização do movimento sindical é a 369/2005. “Essa PEC mexe com a organização sindical e faz uma reforma trabalhista, pela qual acaba com a unicidade e cria a supremacia do negociado sobre o legislado”, ressalta o vice-presidente. Ele explica que essa PEC “incentiva a arbitragem para a solução de conflitos trabalhistas, onde o trabalhador fica ao deus-dará”. Joilson denuncia que “por causa dessa PEC surgiu outro projeto de lei com mais de 350 artigos”.

O dirigente cetebista cita também o Projeto de Lei 4330/2004 “escancara a terceirização, deixando os trabalhadores sem nenhum amparo legal”. Além disso, revive a Emenda 3 que “precariza as relações de trabalho, ignorando todas as conquistas da classe trabalhadora e as leis trabalhistas e permite a transformação do empregado em pessoa jurídica, tirando toda a obrigação patronal pra com o seu funcionário”. Para Joilson, “é a institucionalização da informalidade”.

Ele cita ainda a PEC 252/2000, que “exclui o princípio da unicidade sindical e a contribuição sindical compulsória” e a PEC 247/2000 que proíbe a instituição de qualquer contribuição para os não filiados a sindicato, assim como o desconto em folha de pagamento de qualquer contribuição devida quando não autorizada pelo empregado. “São formas de liquidar com o movimento sindical e deixar o trabalho à mercê do capital totalmente”, afirma Joilson.

“É um conjunto de projetos de um Congresso com baixíssima representatividade da classe trabalhadora. Por isso, a CTB permanece atenta para denunciar e impedir todo o tipo de retrocesso na legislação trabalhista. Pelo contrário, lutamos para ampliar nossos direitos”, garante Joilson.

“A consequência desse ambiente hostil – que impediu que temas como redução da jornada, fim do fator previdenciário e estabilidade de dirigentes sindicais avançassem – foi a de o movimento sindical começar a agir defensivamente para evitar retrocessos, como a eventual aprovação de matérias contrárias aos trabalhadores”, dizem os estudiosos do Diap. “Além disto, a ausência de diálogo da presidente com as centrais sindicais favorece esse ambiente pró-mitigação dos direitos trabalhistas. Desde a posse de Dilma, as entidades sindicais aguardam uma sinalização da presidente em relação a três pontos que os trabalhadores consideram essenciais: 1) a redução da jornada, 2) a proteção contra a despedida imotivada e 3) o fim do fator previdenciário”, ponderam os dois articulistas.

Ameaças apresentadas em 2011:

PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.

PL 951/2011 – flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas.

PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.

Ameaças apresentadas em 2012:

PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada.

PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos prevendo a prevalência sobre o legislado.

PLS 252/2012 – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais.

“A atuação do movimento sindical é fundamental para impedir retrocessos e ampliar as conquistas da classe trabalhadora. Ir para as ruas manifestar repúdio a essas atrocidades é fundamental”, preconiza Joilson.

Marcos Aurélio Ruy – Portal CTB

Portal CTB

Lula confirma participação no ato sindical contra o golpe de 1964

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve participar no *Ato Sindical Unitário 'Unidos, Jamais Vencidos'*, que será realizado no próximo sábado (1º/2), em São Bernardo do Campo. A atividade pretende recordar os 50 anos do golpe civil-militar no país.

O evento integra as ações promovidas pelo Coletivo Sindical do Grupo de Trabalho 'Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical', da Comissão Nacional da Verdade, que está reunindo testemunhos de violências e perseguições contra sindicalistas e trabalhadores durante a ditadura (1964-1985).

Na oportunidade, a CTB e as demais centrais que integram o coletivo homenagearão mais de 400 trabalhadores de diversas categorias que sofreram algum tipo de perseguição e tortura eles receberão um diploma de reconhecimento por sua luta, o documento terá a assinatura de todas as centrais sindicais.

ABC

“A região do ABC foi muito importante no enfrentamento à ditadura militar. Por ser um local onde se encontravam muitas indústrias, houve greves e muita resistência dos trabalhadores”, expressou o secretário de Políticas Sociais da CTB, Rogério Nunes.

Para ele resgatar a história é fundamental para que a população tenha conhecimento do que de fato ocorreu naquele período. Lula assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1975, em um dos períodos mais violentos da ditadura, quando vigorava o Ato Institucional nº5 (AI-5) e será um dos homenageados.

O dirigente ressaltou ainda a necessidade das seções estaduais da CTB também organizarem este tipo de atividades para fortalecer e contribuir com as investigações da Comissão Nacional da Verdade que, com a *prorrogação do prazo* para finalizar os trabalhos, terá até o dia 16 de dezembro para entregar o relatório final.

O Ato Sindical ocorrerá no próximo sábado (1º/2), a partir das 13 horas, no Teatro Cacilda Becker, que fica na Praça Samuel Sabattini, nº 50 - Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

Portal da CUT

Com Lula, centrais farão homenagem a trabalhadores que lutaram contra ditadura

29/01/2014

Evento acontece neste sábado (1º), no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, e lembra os 50 anos do golpe militar

Escrito por: Luiz Carvalho

A CUT e representantes das demais centrais sindicais que compõem o Grupo de Trabalho (GT) Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade homenagearão no próximo sábado (1º), em São Bernardo do Campo, a partir das 13h, sindicalistas vítimas do regime militar.

Sob o título "Unidos, Jamais Vencidos", o ato será realizado no Teatro Cacilda Becker, no Paço Municipal de São Bernardo, região central da cidade (leia mais abaixo), com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho.

Cerca de 400 trabalhadores indicados pelas entidades sindicais receberão um diploma em reconhecimento à luta em defesa da democracia e da liberdade. O espaço ainda receberá exposições sobre o período para marcar o repúdio aos 50 anos do golpe militar. As centrais sindicais apresentarão uma carta ao povo brasileiro

Nesta quarta-feira (29), durante a última reunião preparatória para o encontro, o secretário de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, destacou a importância da mobilização em defesa da memória, da justiça e da reparação em um ano simbólico para as vítimas do regime militar.

"A CUT nasceu combatendo a ditadura e lutando pela abertura democrática, junto com os seus sindicatos fundadores, como o dos Metalúrgicos do ABC, que protagonizou um processo de tomada das ruas e de questionamento à repressão. As organizações sindicais foram as primeiras a serem atingidas pelo golpe, porque são fortes, organizadas, havia um Comando Geral de Trabalhadores, que funcionava como uma entidade sindical livre, sob os princípios que ainda defendemos. Além das atrocidades, o golpe trouxe arrocho salarial e o fim da estabilidade no emprego e esses retrocessos também vamos lembrar neste ano", apontou.

Também presente no encontro, o diretor da Associação dos Metalúrgicos Aposentados Anistiados do ABC (AMA-A/ABC) Djalma Bom aponta que a escolha de São Bernardo se deu pelo simbolismo das lutas e das greves do passado e que o ato tem a missão de mostrar às novas gerações como a repressão também agiu contra o movimento sindical.

"Queremos que essa manifestação seja o pontapé para outros atos que repudiem qualquer tentativa de os ditadores comemorarem os 50 anos do golpe militar. Nosso objetivo também é homenagear os trabalhadores anônimos que participaram da luta e foram demitidos por justa causa, perseguidos, espancados. Além de sensibilizar a juventude, que parece totalmente alheia e não conhece a história de perseguição e repressão aos trabalhadores", disse.

Brasil em dívida – Solaney citou ainda que, desde a abertura democrática, a CUT sempre luta pela instauração de uma comissão que tratasse da restauração da memória e da punição dos torturadores, como ocorreu na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Peru. "Estamos atrasados nesse aspecto em 30 anos", criticou.

Apesar disso, o dirigente é otimista quanto ao trabalho do GT dos trabalhadores e classifica a atuação desde que foi instaurado, em abril de 2013, como positiva. "A própria instituição do grupo já foi uma vitória, resultado de uma iniciativa da CUT, em reunião com a presidenta Dilma, que nos atendeu. Ao longo deste ano, elencamos os 11 pontos que fundamentaram o trabalho deste grupo, tomamos depoimentos e promovemos atos pelo Brasil afora. Agora, estamos trabalhando num processo importante do relatório do grupo e das recomendações", explicou.

Em 2012, durante o 11º Congresso Nacional, a CUT realizou um ato simbólico de apoio à Comissão Nacional da Verdade e apresentou ao representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Gilney Viana, mais de 100 nomes de trabalhadores mortos durante a ditadura militar, cobrando apuração dos fatos e resposta às famílias.

Repressão e mobilização – De acordo com levantamento da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", de São Paulo, cerca de 50% de todos os mortos e desaparecidos no país eram trabalhadores, o equivalente a 250 pessoas.

Em levantamento das centrais, a ditadura entrevistou em 400 organizações, somente no primeiro ano após o golpe de 1964 e, ao menos, 300 entidades foram alvo da repressão nos anos seguintes.

Ato sindical unitário "Unidos, jamais vencidos"

1º de fevereiro de 2014 - Sábado

Teatro Cacilda Becker, às 13h

(Praça Samuel Sabatini, 50, São Bernardo do Campo – junto ao Paço Municipal, no centro da cidade de São Bernardo)

Transmissão ao vivo: www.twitcasting.tv/CNV_Brasil

Portal CTB

Metroviários de SP voltam atrás e suspendem greve

Em assembleia realizada na noite desta segunda-feira (27), os metroviários de São Paulo decidiram suspender a greve prevista para iniciar à meia-noite desta terça-feira (28).

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo, que defendeu o recuo, informou que mantém o estado de alerta, caso não haja acordo com representantes do Metrô de São Paulo na próxima quinta-feira (30), para quando está marcada uma audiência de conciliação entre as partes.

A categoria reivindica questões como equiparação salarial, adicional de periculosidade a algumas funções e punições de alguns trabalhadores, que não foram contempladas no acordo realizado em 2013, que continua vigente.

Para o metroviário e presidente da CTB-SP, Onofre Gonçalves, o descaso do metrô com os trabalhadores é crescente. "Eles prometem e não cumprem. Na última campanha salarial ficou evidente esse descaso. A saída é pressionar", ressaltou o presidente estadual da CTB.

Na tarde desta terça-feira (28), representantes do Metrô e da categoria tiveram um encontro que durou cerca de três horas, para pleitear essas pendências. Segundo a assessoria do TRT (Tribunal Regional do Trabalho), a reunião terminou sem acordo.

Portal da Força Sindical

Metalúrgicos de Piracicaba realizam grande ato em defesa dos trabalhadores da Alvarco

O Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba realizou um grande ato de protesto em defesa dos trabalhadores da Alvarco. A manifestação que aconteceu hoje (29), às 8h30, em frente à sede da entidade (Rua Prudente de Moraes, 914, Centro) reuniu cerca de 250 trabalhadores que estão sem receber salários e benefícios.

Com apoio dos Sindicatos dos bancários, construção civil, papeleiros e comerciários, entidades que formam o Conespi – Conselho das Entidades Sindicais Municipal de Piracicaba, o ato se transformou em passeata pelas ruas do centro. Para José Luiz Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, "é desumano o que a direção da Alvarco vem fazendo com esses pais de família, cidadãos piracicabanos honestos e trabalhadores", destacou.

O problema começou em 20 de dezembro, quando os cerca de 250 trabalhadores não viram os valores da segunda parcela do 13º salário e do Vale-Especial de Natal serem depositados em suas contas. O fornecimento de cestas básicas e o FGTS também estão em atraso.

A situação se agravou ainda mais quando os salários de dezembro, a serem pagos no dia 5 de janeiro, também não foram efetuados.

Em greve desde 21 de dezembro de 2013, a maioria dos trabalhadores vem passando por sérias dificuldades. O ajudante-geral Sidney Pinheiro, 29 anos, casado e pai de três filhos é a síntese da situação desesperadora dos trabalhadores da Alvarco: "Estou com minhas contas atrasadas e sem dinheiro até para comprar leite para os meus filhos. O que vai me salvar é a cesta básica que o Sindicato distribuiu hoje, porque, para falar a verdade, não teria nem o que comer em casa", declarou, com lágrimas nos olhos.

Cestas básicas – Para amenizar o sofrimento dos trabalhadores da Alvarco, o Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba arrecadou 250 cestas básicas, que foram distribuídas no final do ato, às 10h30, em frente à sede da entidade. De acordo com determinação do presidente José Luiz, as cestas foram distribuídas para associados e não associados à entidade. "Sócio ou não, da produção ou do escritório, todos precisam comer", destacou.

Prazo limite – Em assembleia, todos os trabalhadores estipularam que dia 3 de fevereiro é o prazo limite para a direção da empresa se manifestar. Caso contrário, o Sindicato e os trabalhadores vão acampar em frente à Metalúrgica São José, onde um dos principais diretores da Alvarco também trabalha.

O soldador Antônio Ademar Barbosa, 47 anos, sendo 13 dedicados à Alvarco expressou as perguntas que todos estavam fazendo em suas mentes: "Será que os diretores da Alvarco têm a

dimensão de como foram o Natal e a Virada de Ano de nossas famílias? Será que eles já sentiram na pele o que é não ter o que oferecer?”.

Pela postura da direção da Alvarco, em não dar satisfação e nenhum posicionamento sobre a situação, a resposta parece ser clara.

Portal da Força Sindical

Entidades protestam contra projetos que alteram conceito de trabalho escravo

As condições degradantes da atividade definem o trabalho escravo.

Durante esta semana e até a próxima segunda-feira (3/2), entidades protestam contra projetos de lei que propõem a alteração do conceito de trabalho escravo. A campanha faz parte das atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

A iniciativa é da organização não governamental (ONG) Repórter Brasil, da Comissão Pastoral da Terra e de outras organizações de todo o País.

Eles pedem a aprovação no Senado da proposta de emenda à Constituição, aprovada pela Câmara em 2012, que permite o confisco de propriedades rurais e prédios onde a fiscalização encontrar a exploração do trabalho escravo (na Câmara - PEC 438/01 e, no Senado - PEC 57/99). Os imóveis expropriados seriam destinados à reforma agrária ou a programas de habitação.

Dignidade e jornada exaustiva

O diretor da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, lamenta que a proposta não tenha avançado. Ele critica ainda tentativas de parlamentares ligados ao agronegócio de modificar a legislação que define o que é trabalho escravo.

As propostas, segundo Sakamoto, enfraquecem o conceito de trabalho escravo modificando dois aspectos. "Tem uma parte ligada à dignidade do trabalhador que diz respeito a condições degradantes de trabalho. São condições que colocam em risco a saúde, a vida e a dignidade do trabalhador. Tenda no meio do mato, trabalhador que come comida estragada, que é obrigado a trabalhar nessas condições...", explica Sakamoto.

Outra condição é a jornada exaustiva. "Jornada exaustiva não é a quantidade de horas trabalhadas, é um erro achar que é isso, mas é a intensidade da exploração. A pessoa pode trabalhar por sete ou oito horas por dia e ser configurada jornada exaustiva se ele está trabalhando tanto que a saúde e a vida dela estão em risco", explica Sakamoto.

Definição no Código Penal

O Código Penal (Decreto-lei 2848/40) já define como trabalho escravo reduzir uma pessoa à condição semelhante à de escravo, obrigando-a a trabalhos forçados ou a uma jornada exaustiva.

O Código também considera uma situação análoga à escravidão sujeitar um trabalhador a condições degradantes de trabalho ou limitar a liberdade de ir e vir do trabalhador por causa de uma dívida contraída com o empregador ou com o aliciador de trabalhadores.

Ameaça e violência

Arquivo/ Leonardo Prado

Moreira Mendes

Moreira Mendes: atual redação do Código Penal dá margem a muitas interpretações.

O deputado Moreira Mendes (PSD-RO) é autor de projeto que modifica o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12). Entre outros pontos, o texto retira os termos "jornada exaustiva" e "condições degradantes de trabalho" do Código Penal e inclui a necessidade de ameaça, coação e violência para ser caracterizado o trabalho escravo.

Moreira Mendes afirma que a atual redação do Código Penal dá margem a muitas interpretações. "Essa é uma coisa que não pode ficar ao arbítrio da autoridade que eventualmente estiver exercendo o seu poder de polícia ou de fiscalização", argumenta o parlamentar.

"Eu tenho convicção de que teremos que tirar do artigo 149 (do Código Penal) as expressões 'jornada exaustiva' e 'trabalho degradante', porque é uma coisa muito ampla", defende Mendes. "O fiscal pode dizer que tomar água num copo que não seja descartável, como já têm casos, pode ser considerado trabalho degradante e, conseqüentemente, trabalho escravo. Esse tipo de abuso é que nós não podemos permitir."

Assassinato de auditores do trabalho

Um ato na Praça dos Três Poderes, em Brasília, organizado nesta terça, marcou os dez anos do assassinato de auditores fiscais que identificaram trabalho escravo em Unaí, Minas Gerais, cidade a poucos quilômetros da capital. Cinco acusados do crime ainda nem foram julgados. O dia nacional de combate ao trabalho escravo é uma homenagem aos servidores assassinados.

Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, reclama do quantitativo de servidores insuficiente para dar conta de toda fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas, de segurança e de saúde, além do combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.

Entre as dificuldades apontadas pela auditora, está a falta de acompanhamento policial nas fiscalizações, muitas vezes em ambientes hostis com a presença de guardas armados.

Portal da UGT

Gasto público com Previdência Social pode quase dobrar até 2050

29/01/2014

O envelhecimento da população pode elevar os gastos públicos previdenciários do Brasil de 9,1% para 16,8% da renda nacional até 2050, segundo dados reunidos pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Em estudo recém-elaborado, o organismo internacional examina os custos e as deficiências dos modelos de aposentadorias e pensões na América Latina para sustentar a defesa de reformas.

Na comparação com seus vizinhos, o Brasil se sai bem no alcance de seu regime de Previdência Social, uma das preocupações do trabalho. Mais de 80% dos idosos do país recebem aposentadoria, percentual só superado por Argentina, Uruguai e Bolívia.

Em compensação, os gastos brasileiros são os maiores da região, e a projeção para o futuro também é a mais dramática -basta dizer que todos os gastos não financeiros do governo federal, hoje, rondam a casa dos 19% do PIB (Produto Interno Bruto).

É evidente que projeções para um período tão longo não podem ser tomadas ao pé da letra: elas dependem de hipóteses para variáveis tão imprevisíveis quanto o crescimento da economia e a política oficial de reajuste dos benefícios sociais.

MAIS QUE A SUÍÇA

Mas os números ajudam a ilustrar excessos previdenciários nacionais. Com população, em média, mais jovem, o Brasil tem gasto semelhante ao da Espanha e superior ao de países como Suíça, Reino Unido e Austrália.

De acordo com o documento, a Previdência responde por um terço do gasto social brasileiro, o que reduz o espaço orçamentário para outras áreas. Em educação, por exemplo, os 5,9% do PIB gastos pelo país são superados por Argentina, Bolívia, Costa Rica, Honduras e Jamaica.

Outro sintoma é a baixa procura por planos privados de aposentadoria, que só atendem 1,7% da população em idade de trabalho, ante 57,7% no México e 73,7% no Chile. A taxa brasileira é a menor entre as listadas, "provavelmente pela generosidade das aposentadorias públicas nos últimos anos".

Fonte: Folha de S.Paulo

Agência Brasil, 30/01/14

Piso salarial dos professores tem reajuste de 8,32%

Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Edição: Nádia Franco

O Ministério da Educação (MEC) informou hoje (29), oficialmente, o reajuste do piso salarial do magistério. O valor, que é reajustado anualmente, como determina a Lei do Piso (Lei 11.738/2008), aumentará 8,32%, chegando a R\$ 1.697.

Conforme a legislação vigente, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do ano passado, em relação a piso de 2012. O valor é a remuneração mínima do professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais.

O piso salarial passou de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011, conforme valores informados no *site* do MEC. Em 2012, o valor vigente era R\$ 1.451 e, a partir de fevereiro de 2013, passou para R\$ 1.567. O maior reajuste foi o de 2012: 22,22%.

Além do valor do salário, a lei trata das condições de trabalho, estipulando, por exemplo, jornada de no máximo dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos.

Diap, 30/01/14

Entra em vigor nesta quarta lei que pune empresas corruptoras

O Brasil passa a ter a primeira norma legal que pune empresas corruptoras. Entra em vigor nesta quarta-feira (29) a Lei 12.846/2013, que prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

Aprovado pelo Senado em 4 de julho de 2013, o projeto foi sancionado em 1º de agosto do ano passado e publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União. A partir daí, começou a contar o prazo de 180 dias para o início da vigência da norma.

Empresas flagradas em irregularidades como fraudes em licitações públicas, manipulação do equilíbrio econômico-financeiro de contratos ou oferta de vantagem indevida a agente público poderão pagar multa de até 20% do faturamento bruto.

Quando não for possível definir o valor do faturamento, a multa poderá variar de R\$ 6 mil a R\$ 60 milhões, mas nunca será inferior à vantagem obtida com o procedimento ilegal.

Perda

Além disso, as empresas sujeitam-se a perder bens, direitos e valores obtidos com a infração e a ter a interdição parcial de suas atividades. Conforme a gravidade do caso, o Ministério Público poderá solicitar a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Outras sanções previstas são a proibição, imposta à pessoa jurídica, de receber recursos, em forma de subsídios, subvenções, doações ou empréstimos, de instituições financeiras públicas, pelo período de um a cinco anos.

Empresas condenadas ficam proibidas de participar de licitação e de contratar com o poder público durante o prazo de cumprimento da sentença.

A empresa será obrigada também a custear a publicação, em meio de comunicação, do extrato da sentença que a condenou pela prática de corrupção.

Responsabilização

Conforme a lei, a punição da pessoa jurídica não exclui a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores. Também não afeta processos por atos de improbidade administrativa e decorrentes de infrações à Lei de Licitações (8.666/93).

A norma abrange atos lesivos praticados por empresas brasileiras contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

De iniciativa do Executivo, a proposta tramitou no Senado como PLC 39/2013. Relator no Plenário, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que, além de atender a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o projeto valoriza a imagem brasileira no cenário internacional.

– Com uma lei anticorrupção, as empresas internacionais teriam incentivos renovados para direcionar seus investimentos ao Brasil, posto que o ambiente negocial do país estaria revestido de maior transparência e segurança jurídica – afirmou na sessão de 4 de julho de 2013.

Diap, 30/01/14

Dez anos da Chacina de Unai: Ato Público pede julgamento em Belo Horizonte

Cerca de 200 pessoas participaram nesta quarta-feira (29/1), do Ato Público organizado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), entidade filiada ao Diap em frente ao Supremo Tribunal Federal – STF, em Brasília, na Praça dos Três Poderes, para lembrar os dez anos da Chacina de Unai e pedir que o julgamento dos cinco réus que ainda não foram julgados seja realizado em Belo Horizonte (MG).

O local foi escolhido porque a Corte analisa um pedido de Habeas corpus impetrado pelos réus pedindo que o julgamento seja transferido para a Vara Federal de Unai, onde têm grande influência política e econômica. O pedido vai contra uma decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de manter o júri em Belo Horizonte.

Durante o Ato Público foram soltos dez mil balões pretos, que simbolizaram, ainda e infelizmente, o luto, a impunidade dos assassinos, depois de uma década. Os presentes gritavam "Justiça! Julgamento Já!".

Rosa Jorge, presidente do Sinait, iniciou o Ato Público dizendo que lamentavelmente estavam todos reunidos novamente, depois de dez anos, para pedir, ainda o julgamento dos acusados pela Chacina de Unai. Para ela, é preciso que o julgamento aconteça rapidamente, pois a categoria, as famílias e a sociedade já esperaram demais.

"Queremos que os ministros do Supremo julguem corretamente, garantindo o julgamento dos mandantes em Belo Horizonte, demonstrando que o Estado de Direito persiste, apesar de todas as tentativas de negá-lo", disse.

Rosana chamou a atenção para o fato de que os acusados de serem mandantes tentam levar o julgamento para Unai com o intuito de se beneficiar disso, pois têm muita influência na região. Em Belo Horizonte, ao contrário, o julgamento seria isento. O recurso apresentado ao Supremo, por essa razão, é meramente protelatório.

Lei para todos

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, esteve no Ato, cumprimentou as esposas dos Auditores-Fiscais do Trabalho assassinados e lembrou que hoje é também o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho, a quem cabe fazer cumprir a lei. Ressaltou que a categoria tem uma atuação reconhecida no mundo inteiro, tendo sido destaque na última Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Reconheceu que hoje são poucos Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade e que o pequeno número representa dificuldade de avançar ainda mais na fiscalização da qualidade do ambiente de trabalho e da saúde dos trabalhadores. Ainda assim, o país é referência no combate ao trabalho escravo e infantil. Se hoje o trabalho escravo tem mais visibilidade, deve-se ao fato de que aumentou a ação do Ministério do Trabalho e Emprego e a presença dos Auditores-Fiscais do Trabalho no combate a essa prática.

Manoel Dias disse que participava do Ato Público com os Auditores-Fiscais do Trabalho e as famílias dos que morreram em Minas Gerais "para pedir que agilizem os processos que faltam ser julgados. O queremos é agilidade nesse julgamento, a fim de que se conclua esse ciclo com a punição dos responsáveis pela morte dos três Auditores-Fiscais e do motorista".

Frisou que é preciso que o julgamento dos responsáveis pela Chacina de Unaí aconteça e que a lei existe para todos. "Os culpados devem ser punidos exemplarmente, para mostrar que no Brasil as leis são respeitadas e que a Justiça é feita", concluiu.

Manifesto

O Manifesto do Sinaít foi lido pelo ator Leonardo Vieira, do Movimento Humanos Direitos – MhuD, integrado por artistas e intelectuais que militam em defesa dos Direitos Humanos. O texto lembra o crime e o julgamento e condenação dos executores em 2013. Porém, os mandantes ainda não foram julgados e agora tentam levar o julgamento para Unaí. Estão impunes, e esta impunidade contribui para que situações de descumprimento da lei continuem acontecendo, incluindo o trabalho escravo. O Sinaít, por isso, pede Justiça Já!

Leonardo Vieira leu, ainda, uma nota da CNBB, alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A escravidão moderna é uma das finalidades do crime de tráfico de pessoas, que é o tema da Campanha da Fraternidade de 2014.

A CNBB afirma que o trabalho escravo envergonha o país e avilta a dignidade humana, assim como o tráfico humano, e acontecem porque os contraventores têm certeza da impunidade. Denunciar esses crimes é dever de toda a sociedade.

Apelo das famílias

Com muita emoção, Marinês, viúva do Auditor-Fiscal Eratóstenes, lembrou que há dez anos recebeu a triste notícia de que seu esposo havia sido assassinado. Foi um choque. E fez uma retrospectiva de sua vida nesta década.

Segundo ela, no primeiro ano, no primeiro ato público em que se encontrou com os colegas de seu marido, nunca imaginou que depois de dez anos ainda estariam reunidos com o mesmo objetivo de reivindicar o julgamento. "Temos que trabalhar dentro de nós a paciência.

Hoje, diante do Supremo, pedimos aos dois ministros que ainda faltam votar, para que o julgamento continue e nos ajudem a por fim nessa triste história que é a Chacina de Unaí. Nós, as famílias, começamos a ter a esperança de que a nossa lágrima da impunidade seja enxugada. Só vamos descansar quando este julgamento se realizar".

Helba Soares, viúva de Nelson, que ainda mora em Unaí, disse que se o julgamento for realizado em Unaí a luta de dez anos terá sido em vão. "Lá é a casa da família Mânica, as pessoas de Unaí os temem. Pedimos aos ministros do Supremo que julguem com Justiça e isso significa realizar o julgamento em Belo Horizonte, onde haverá julgamento imparcial".

Medalha cassada

Para o deputado Durval Ângelo, de Minas Gerais, o Supremo Tribunal Federal está julgando em cima do que já foi julgado. "Isso é um verdadeiro absurdo. A gente espera que o ministro Toffoli, próximo a votar, não jogue sua própria história na sarjeta, e que vote por Justiça, vote para manter o júri em Belo Horizonte", disse, com ênfase.

Lembrou que o réu Antério Mânica, que já foi prefeito de Unaí por duas vezes, agora tentará uma vaga como deputado estadual, buscando, mais uma vez, o biombo da impunidade para que não seja julgado.

Comunicou, ainda, que a Assembleia Legislativa de Minas, por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, que ele preside, cassou a Medalha da Inconfidência concedida a Mânica em 2008.

"Criminoso e bandido não pode ser agraciado. Hoje ele não está mais no rol dos homenageados. Isso é fruto da organização de vocês". Convidou a todos para comparecerem a uma audiência pública da Comissão, que será realizada em fevereiro, em Belo Horizonte, ainda sem data marcada. "Infelizmente, ainda será uma audiência para chorar a perda e a impunidade. Que seja a última".

O deputado informou aos presentes que o Movimento Cultural Missionário, ao qual presta assessoria, decidiu enviar uma carta ao ministro Antônio Dias Toffoli, pedindo que vote pela Justiça e mantenha o júri em Belo Horizonte.

Solidariedade

A procuradora do Trabalho Daniela Varanda apresentou sua solidariedade e da ANPT às

famílias das vítimas pelo crime tão brutal e também aos Auditores-Fiscais do Trabalho, que diariamente colocam suas vidas em risco no cumprimento de sua missão. Manifestou também a indignação pela ausência de julgamento num crime contra o Estado brasileiro.

"É importante que essa indignação se transforme sempre em ação, que estejamos sempre vigilantes. Uma sociedade democrática não pode conviver com impunidade, com a ausência de dignidade humana", disse a procuradora.

Imprensa

A cobertura do Ato Público de veículos de todo o país foi maciça. Jornalistas de canais de TV e web TV, rádios, jornais e sites acompanharam a manifestação e conversaram com Auditores-Fiscais do Trabalho e com as viúvas dos Auditores-Fiscais assassinados.

A presidente do Sinait disse aos jornalistas que o crime foi praticado contra o Estado de Direito, por pessoas que acham acima da lei e que os mandantes fazem de tudo para adiar o momento do julgamento porque sabem que as provas contra eles são contundentes.

"Eles querem que a sociedade esqueça o que eles fizeram, mas nós não vamos permitir". Ela disse que em dez anos pouca coisa mudou para a categoria e os Auditores-Fiscais continuam trabalhando de forma insegura. "Prova disso é que recentemente um Auditor-Fiscal foi espancado por empregadores e outro foi ameaçado de morte por uma grande empreiteira. O ambiente de impunidade contribui para isso".

Os dez mil balões pretos que foram soltos no local significam o luto, a tristeza e a indignação da categoria. "Dez anos sem julgamento significam que as autoridades brasileiras não estão dando a devida atenção que esse caso merece. Como dizia Rui Barbosa: 'Justiça lenta é injustiça'", disse Rosa Jorge.

Para lembrar

A Chacina de Unaí é como ficou conhecido o assassinato de três Auditores-Fiscais do Trabalho – Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva – e do motorista do Ministério do Trabalho e Emprego Ailton Pereira de Oliveira, no dia 28 de janeiro de 2004, numa estrada da zona rural de Unaí.

Seis meses depois do crime, a trama foi desvendada por uma investigação muito bem conduzida e foram indiciados nove acusados. Em dezembro de 2004 eles foram pronunciados pela Justiça Federal de Minas Gerais para irem a júri popular.

Desde então, uma infinidade de recursos impediu que o julgamento de todos os réus fosse realizado. Em janeiro de 2013 um dos réus morreu. Em agosto, três foram julgados e condenados pela participação direta nos assassinatos. Agora faltam ainda cinco réus que, mais uma vez, tentam manobras e recursos para adiar o julgamento e levar o júri para Unaí.

Participantes

Estiveram presentes, além de dezenas de Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país, diretores e Delegados Sindicais do Sinait, o ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias, o deputado estadual Durval Ângelo (PT/MG) – presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da MG, Gabriel Rocha – representante da Secretaria de Direitos Humanos, o ator Leonardo Vieira e o padre Ricardo Rezende Figueira – representantes do Movimento Humanos Direitos, padre Ari Antônio – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a procuradora Daniela Varanda – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, frei Xavier Plassat – Comissão Pastoral da Terra, José Guerra – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, Leonardo Sakamoto – ONG Repórter Brasil, o secretário de Inspeção do Trabalho Paulo Sérgio de Almeida, entre outros.

Também participaram as viúvas dos Auditores-Fiscais assassinados em Unaí: Genir Lage – viúva de João Batista Soares Lage, Helba Soares – viúva de Nelson José da Silva e Marinês Lina de Laia – viúva de Eratóstenes de Almeida Gonsalves. Fonte: SINAIT

Una resistencia histórica

La lucha del Sindicato mexicano de electricistas sigue

José Luis Hernández Ayala - Rebelion

Respuesta a José Arreola y Mario Benítez

[El pasado 25 de noviembre de 2013 José Arreola publicó, en la revista electrónica *Rebelión*, la presentación del documental "SME: 4 años resistiendo. Ya es hora de romper el silencio", elaborado por compañeros afiliados al Sindicato Mexicano de Electricistas. Dicho documental generó un profundo rechazo en las filas electricistas, pero más allá de las filias y fobias, es necesaria una respuesta política, que ubique al espectador externo, sobre cuál es el balance y sentir mayoritario de los heroicos trabajadores esmeítas.]

La noche del sábado 9 de octubre de 2009, luego de un juego de la selección mexicana de fútbol, el Ejército mexicano (disfrazado de Policía Federal Preventiva), tomó todas las instalaciones

de la empresa Luz y Fuerza del Centro. Posteriormente la revista *Proceso* difundió declaraciones de soldados que revelaron que tenían órdenes de disparar en contra quién tratará de rescatar las instalaciones. De haberse dado esa confrontación, el gobierno tenía preparada la detención de la dirección política del SME, la toma armada de sus sedes sindicales y la persecución implacable de sus miembros más combativos. El decreto de Extinción de LyFC del presidente Felipe Calderón, totalmente inconstitucional e ilegal, tenía por objeto destruir al único sindicato que podría enfrentar las ulteriores reformas privatizadoras del sector energético que actualmente ha consumado el Partido Revolucionario Institucional.

Se trata pues de una decisión de estado, cuyo alcance estaba pensado para iniciar una guerra destinada a refundar al capitalismo mexicano, sobre la base de aplastar al conjunto de la clase trabajadora. La reforma laboral (aprobada el año pasado), el golpe al magisterio y los inminentes golpes a los trabajadores petroleros y electricistas (del burocratizado Sindicato de Único de Trabajadores Electricistas de la República Mexicana), confirman esta dinámica.

Es obvio que enfrentar una ofensiva del estado, va más allá de la capacidad de una sola organización sindical por más combativa que ésta sea. Peor aún si tomamos en cuenta que más del ochenta por ciento de la clase trabajadora se encuentra desorganizada, el 17 por ciento está sometida al gansteril control de la burocracia sindical (charrismo) y sólo un 2 o 3 por ciento se encuentra organizada democráticamente, pero divididos en diversas centrales o aisladas. Esta es la razón que explica por qué en México no se realiza una Huelga General desde 1936. Este hecho pasa completamente desapercibido por las organizaciones ultraizquierdistas, que se pasan la vida demandando "huelga general", cuando carecen de todo poder de convocatoria para realizarla.

Durante el año pasado se realizaron impresionantes movilizaciones del magisterio democrático, acompañadas paros de labores en cinco o seis entidades de la República, y no les fue posible frenar la reforma educativa. Es claro que falta un replanteamiento estratégico, que vaya más allá de la retórica ultraizquierdista, para enfrentar la ofensiva de los patrones y gobierno.

Además de todas estas dificultades, el SME enfrentaba una fuerte división provocada por la intromisión del gobierno en la vida interna del sindicato. En el proceso electoral de mediados del 2009, la dirección clasista, encabezada por el compañero Martín Esparza Flores, apenas logró un pequeño margen de ventaja del 1 por ciento sobre los títeres del gobierno.

Conscientes de esta adversidad, el SME, en Asamblea General Democrática, definió una táctica basada en tres vías: la lucha de masas, la defensa jurídica y la lucha política.

La vía de la movilización la estamos utilizando al máximo de las posibilidades del movimiento social en México; se ha llamado a Paros Nacionales (con una respuesta mínima pero significativa); se realizaron dos huelgas de hambre, que tuvieron repercusión nacional e internacional; un plantón de más de seis meses en el zócalo capitalino; organizado, exitosamente, a decenas de miles de usuarios de la energía eléctrica para el no pago de las altas tarifas; caravanas, marchas, tomas de edificios gubernamentales, plantones, jornadas unitarias de lucha popular, campaña de agitación entre la población, etc.

Gracias a esta movilización hemos logrado diversos objetivos; continuar siendo reconocidos como sindicato y de su dirección; impedir la consumación jurídica del decreto de extinción de la empresa y del Contrato Colectivo de Trabajo; el pago de prestaciones pendientes; continuar recibiendo el servicio médico; la liberación de nuestros presos políticos y garantizar el pago de las jubilaciones a un sector que, con el "Decreto de Extinción", había quedado en la indefensión jurídica. En el marco de una furiosa ofensiva de gobiernos de ultraderecha y medios de comunicación, estos logros nos son nada despreciables.

Pero el logro más importante es el de haber obligado al gobierno, pese a sus "tácticas dilatorias" y la "administración de conflictos", a reconocer el derecho de jubilación de los miembros de la resistencia que ya han cumplido la antigüedad requerida y de la reinserción laboral de los restantes en el sector eléctrico.

La ruta jurídica logró un importante triunfo. En el mes de octubre de 2012, el Segundo Tribunal Colegiado en Materia de Trabajo otorgó al SME, un amparo "definitivo" en el que se ordena que "la Comisión Federal de Electricidad (CFE) asuma la figura de patrón sustituto de los electricistas despedidos en forma injustificada tras la intervención policial y el desmantelamiento de Luz y Fuerza del Centro decretada por Felipe Calderón". No obstante, de manera completamente ilegal y aberrante, la Suprema Corte de Justicia de la Nación revocó dicho amparo el 30 de enero de 2013. Una nueva demostración de que estamos ante un golpe de estado que va más allá de toda legalidad.

Ahora éste atraco jurídico se ventila en la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y esperamos una pronta respuesta. En tanto, continúan pendientes de resolver las demandas por despido individual injustificado.

El caso más complicado fue la búsqueda de una solución política. La adversa correlación de fuerzas nos obligó a buscar diversas negociaciones, a las que se ven obligados a recurrir todo los movimientos sociales en las mismas condiciones. Por esa vía han transitado diversos movimientos en México y el mundo, desde Atenco hasta la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE). Rechazar la vía de la solución política de un conflicto social, de antemano o por "principio", no son más que fanfarronadas de demagogos o sectarios.

Ante la negativa de los partidos de la derecha de solucionar el conflicto respetando "el estado de derecho" y la traición del Partido de la Revolución Democrática, el SME ha convocado a la clase trabajadora a construir su propio partido político: un partido de los trabajadores. Esta iniciativa cuenta con el respaldo de la mayoría de los trabajadores electricistas, sectores del magisterio, de diversas organizaciones sociales y de una parte de la izquierda revolucionaria mexicana.

Además de la constante movilización, el SME también ha recurrido a diversas instancias internacionales: la Organización Internacional del Trabajo, la ya mencionada Comisión Interamericana de los Derechos Humanos y el Tribunal Permanente de los Pueblos, entre otras.

Todo esto quiere decir que no hemos dejado de recurrir a cualquier recurso, que esté a nuestro alcance, para lograr la ansiada victoria.

Especial importancia tiene la iniciativa, lanzada por el SME, de construir una Nueva Central de Trabajadores, capaz de unificar al grueso del sindicalismo democrático e independiente, para los próximos días 22 y 23 de febrero. Esta iniciativa está plenamente respaldada por nuestros camaradas de la CNTE, diversos sindicatos universitarios, del transporte y la industria y que, en conjunto, involucran a más de medio millón de trabajadores. En el marco de la intensa polarización social que vive nuestro país –y de la cual el surgimiento de autodefensas armadas en el estado de Michoacán, que combaten a las mafias y la indiferencia gubernamental, significa su expresión más alta-, el surgimiento de esta nueva central de trabajadores puede convertirse en catalizador del gran descontento social.

El protagonismo de Mario Benítez

Como en todo sindicato democrático, las asambleas del SME son extremadamente ricas en debates y aportaciones, esa tradición se ha mantenido a lo largo de casi cien años (desde 1914). Sin embargo también ha sido tradición que estos debates se realizan únicamente al interior y más cuando estamos bajo intenso fuego enemigo. Quienes han recurrido al escrutinio externo, para dirimir diferencias internas, siempre han sido aquellos que han actuado bajo mandato del gobierno.

Este no es el caso de Mario Benítez, reconozco en él a un militante honesto pero enfermo de sectarismo, por esa razón jamás ha logrado convencer a la mayoría de nuestra organización sindical. Desesperado por ese aislamiento, y por una lucha que lleva ya más de cuatro años, ahora recurre a un documental –en mi opinión muy parcial y rebosante de protagonismo mesiánico-, para suplir su incapacidad de convencernos en los debates internos.

Este posicionamiento "ultra" de Mario Benítez no es nuevo. Durante el año 2000 se realizó una muy justificable huelga en la Universidad Nacional Autónoma de México, para defender la gratuidad de la enseñanza pública. Los estudiantes levantaron un pliego petitorio y el movimiento obligó a la Rectoría a retractarse, pero sin comprometerse a cumplir las demandas estudiantiles al cien por ciento, como demandaba la "megaultra" (sic), entre ellos Mario Benítez. Dicha huelga se extendió casi un año, se desgastó inútilmente y el gobierno la resolvió con la ocupación del ejército de las instalaciones universitarias. Ciertamente se logró evitar el aumento de cuotas, pero a costa de una derrota del movimiento que hasta ahora no se ha revertido. Convertir victorias en derrotas, esa es la especialidad de la ultraizquierda en el mundo.

No obstante este desatino, al compañero Mario Benítez se le siguen reconociendo sus derechos sindicales y su incuestionable derecho a disentir, él mismo reconoce este hecho. Lamentablemente, para su causa, esta actitud lo ha debilitado aún más en lo interno.

Aunque el SME ha recurrido a todas las formas de lucha de manera correcta, el ansiado triunfo no será fácil y nunca ha estado "al alcance de la mano", como ingenuamente afirma Mario. Estamos conscientes de que no estamos ante un conflicto gremial o coyuntural, estamos enfrentado una refundación salvaje del capitalismo a escala mundial y la única posibilidad de revertirlo es tarea del conjunto de la clase trabajadora y del pueblo en general.

El SME continúa su heroica resistencia y no se doblegará. Continuaremos construyendo, paciente y firmemente, las condiciones necesarias para lograr la ansiada victoria.

Organizado por Ernesto Germano